

O “Governo da Nação” e as terceiras vias

Debate Colina de Sant’Ana
Luís Raposo

Vai animado o debate sobre a Colina de Sant’Ana, tendo como últimos desenvolvimentos a troca de galanteios entre dois patrimonialistas, ambos ilustres (Vitor Serrão, no PÚBLICO de 1.VIII e 4.X; José Sarmento de Matos, no PÚBLICO de 17.IX e 11.X).

Intervento nele para concordar com ambos quando dizem que existe sempre uma “terceira via” para tudo na vida... enquanto há vida, é claro. De igual sorte, existe também sempre, “mesmo na noite mais escura” e por mor razão nos dias radiosos por que passamos, a possibilidade de pôr em causa as decisões do Governo, ainda que este seja apodado intimidatoriamente, à antiga, como sendo “da Nação”, sem esperar demasiado das suas partes mais descartáveis, às quais teoricamente cumpriria defender os valores patrimoniais, mas que se limitam, as mais das vezes, a fazerem o papel de macacos sábios à porta do estábulo sagrado.

Entendamo-nos, porém, quanto à “terceira via” que todos consideramos poder existir. Decerto não será ela o caminho do cemitério, que nos recomenda tratar bem dos despojos, erguendo cenotáfios sobre o vazio, porque antes se deixou destruir a vida. Ora, a Colina de Sant’Ana ainda é um corpo vivo e por isso merecedor de haver quem cuide das suas maleitas, preservando-a na sua autenticidade, dignidade e velhice.

Houve um tempo em que as fronteiras da ética e da decência estavam colocadas muito altas – e se mudava de passeio quando topávamos com especuladores e patos-bravos. Terá passado esse tempo? Acharemos hoje normal que “o Governo da Nação” entenda que um qualquer novo empreendimento, por mais meritório que seja, possa ser alicerçado em negócio vampiresco de especulação urbanística, sugando até à morte bens patrimoniais a que todos atribuímos inestimável valor (a ponto de admitirmos ter a origem de Lisboa estado muito mais na Colina de Sant’Ana do que no morro do Castelo, assim reforçando a importância da manutenção do seu espírito de lugar)? Estaremos nós dispostos, com os nossos saberes, a servir tais propósitos, seja porque simplesmente nos cumpre fazer pela vida seja porque julgamos poder assim conter danos maiores?

Acordámos demasiado tarde, diz-se sempre nestas circunstâncias. O mesmo ouvimos acerca do buraco enorme que já é e vai continuar a ser o novo Museu dos Coches. E assim será, talvez. Mas porquê? Pois porque a cultura de cidadania que tanto se apregoa parece servir apenas de flor na lapela dos governantes, todos eles.

Primeiro tomam-se as decisões, demasiadas vezes ditadas por razões alheias ao puro serviço da causa pública, depois promovem-se consultas quase secretas, com editais afixados nos locais do estilo e suspeitos mantidos à distância dos locais do costume, finalmente confirmam-se as decisões tomadas, corrigindo-as talvez em pequenos detalhes, mas mantendo o essencial, porque o que tem de ser tem muita força.

Em casos em que se antecipam eventuais resistências, toma-se a medida cautelara de incluir nas equipas “grandes nomes”, sobretudo da arquitectura, posto que tudo o resto é considerado menor. No limite, em face de maior alarde público, adopta-se estratégia de combate mais radical: deixa-se alastrar a gangrena, entregando a si próprios alguns bens, feitos ruínas ou espectros inúteis, dados como exemplo de como as alternativas, as vias que sejam de facto terceiras, não têm viabilidade e tudo se deve



Tudo se resume às sensibilidades e aos percursos de cada um, que ora se cruzam ora divergem



reconduzir à ordem inicial. Não será isto que se passa com o Hospital de Arroios, por exemplo? No fundo, neste confronto civilizado entre patrimonialistas, tudo se resume às sensibilidades e aos percursos de cada um, que ora se cruzam ora divergem, e de novo se voltam a cruzar – isto dando de barato que os valores de base são idênticos e todos estão nas mesmas condições de liberdade de pensamento e palavra, sem vinculações contratuais ou tutelares que os limitem. Se a memória patrimonial e de vida urbana da Colina de Sant’Ana se perder (como inexoravelmente seria o caso em Rilhafões, com uma sucessão de pentes, finoriamente apodados de “miradouros habitados”, rodeados de veredas, no meio de negras verdes), se fizer vencimento o canto sibilino de sereia que nos diz estar tudo acautelado, porque ninguém toca no gabinete de Miguel Bombarda e haverá a um bom museu em Santo Antão-o-Novo, se tudo isto acontecer, então teremos de nos resignar a aceitar que o nosso papel, enquanto patrimonialistas, se resume ao de respigadores. Mas até lá, enquanto a consciência no-lo ditar, continuaremos a dizer que temos do patrimonialismo uma visão mais ampla, onde conhecimento e cidadania nos impelem a ser audaciosos, interditando-nos ficar calados.

Arqueólogo

A de

Debat
João.

INEPTO os meno menos c da socie se suste são reco pela riqu se suser mais descon

A

mostroi menos c

Chego

à força, militare

Ficari: boda e, comum

Da ati resultad

rancore incomo

utentes camball

caminh: dos “sac

várias r

Passa dia segtu

induzid para o t

risco de despent

Vai de decubit: permita

Não fi matrim: assisad: seus ac: se cheg

Na re: pela ca: Entre união d: tirano, e: estende verdade a prime Rossio c

Ou se por qua Armada: feito ap